Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de outubro de 2024

OBSERVATÓRIO ACADÊMICO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS À SAÚDE MENTAL (REDE DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL) NA AMAZÔNIA

JANEIRO A MAIO DE 2024

Arlete Pape Tomazi

Carlos César Nogueira Vanzella

Clerston André Coriolano De Oliveira

Deyson Moret Do Vale

Eduardo Gonçalves Pizzi

Isabelly Proença Fonseca

João Victor Gonçalves Oliveira

Lauanne Colares

Pedro Guilherme Magalhães Neves

Rodrigo Lins De Oliveira Zeed

Tarciane Silva Lemos

Yamanda Lillyan Ferreira

Supervisor: Prof. Dr. Rafael Ademir O. de Andrade

PORTO VELHO

2024

Esta produção foi desenvolvida por discentes do Centro Universitário São Lucas Porto Velho enquanto atividade de disciplina de Extensão Curricularizada

Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de outubro de 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, estão em vigor duas das principais coleções de normas legais: o Código Civil (CC) e o Código de Processo Civil (CPC). Enquanto o primeiro aborda os direitos e obrigações privados das pessoas, dos bens e das relações entre eles, o segundo estabelece como a justiça deve lidar com disputas civis, incluindo casos de interdição e curatela. O Código Civil foi originalmente promulgado em 1º de janeiro de 1916 e passou por uma revisão em 10 de janeiro de 2002. Uma das mudanças significativas diz respeito à questão da saúde mental, permitindo agora a interdição parcial, em vez da interdição total, para os "absolutamente incapazes" de realizar atos da vida civil, como os deficientes mentais que não possuem discernimento suficiente para tal. No entanto, essa revisão parece ter se concentrado mais na redação das palavras do que na essência da lei, apesar do intervalo de 86 anos desde sua promulgação original. Os eventos histórico-sociais que levaram a mudanças significativas no campo da saúde mental parecem ter sido negligenciados durante esse processo de reforma.

Juridicamente o artigo que direciona é o 1.777. Os interditos referidos nos incisos I [aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil], III [os deficientes mentais, os ébrios naturais e os viciados em tóxicos], e IV [os excepcionais sem completo desenvolvimento mental] do art. 1.767 serão recolhidos em estabelecimentos adequados, quando não se adaptarem ao convívio doméstico.

Em consonância com essas questões, há alguns anos, o Ministério da Saúde do Brasil tem debatido a importância de integrar a Saúde Mental na Atenção Básica à Saúde (AB), reconhecendo a necessidade de investir em treinamento e estabelecer uma rede de cuidados conectada ao território, que inclua o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), para oferecer suporte em questões de saúde mais específicas e nas interações entre os serviços (Brasil, 2008).

De 2010 a 2012, em um intervalo de 16 meses, o CAPS atendeu 645 casos, realizando em média 40 atendimentos a novos pacientes por mês. A maioria deles (63%) buscou o serviço por conta própria, enquanto os demais foram encaminhados por Instituições Psiquiátricas ou Comunidades Terapêuticas, unidades da Atenção Básica e outros serviços de saúde. (Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. (2013). Relatório de atividades do CAPS: 20110-2012. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde).

Nos relatos dos pacientes, percebe-se que eles têm dificuldade em visualizar uma vida com menos dependência do CAPS, já que associam mais a instituição à prestação de cuidados do que à promoção de autonomia. Eles reconhecem que a presença no serviço melhora sua qualidade de vida cotidiana e criticam aqueles que o rotulam como "lugar de louco". Essa melhora está relacionada principalmente ao fato de o CAPS ser um lugar onde podem passar o dia, se sentindo à vontade e recebendo apoio para realizar tarefas básicas, como autocuidado, sem as pressões ou dificuldades de relacionamento que enfrentam com suas famílias.

A situação global das pessoas com transtornos mentais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento é calamitosa: os direitos humanos são violados, os orçamentos são inadequados, o número de políticos e gestores qualificados e de profissionais é insuficiente, fazendo com que os serviços de saúde mental sejam inacessíveis ou de baixa qualidade. Como forma de minimizar essa situação, líderes mundiais clamam por um sistema de saúde mental que atenda às necessidades desses cidadãos excluídos e que pesquisas nessa área são urgentes para o conhecimento, o planejamento e a organização dos serviços de saúde mental, com o fito de que a saúde mental não seja vista apenas como disciplina, mas como um movimento político e ideológico que envolve diversos segmentos da sociedade interessados na promoção dos direitos humanos e da qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, abuso de substancias. Trazendo esse escopo para o nosso país à um território que sofre esses problemas de forma dobrada.

A região norte do Brasil é conhecida por ser o coração do nosso pais, com grande diversidade entre povos, etnias, histórias e cultura porém em contraponto a todas essas boas características, principalmente no tocante a saúde psicológica da população, diferente do cenário nacional, a região ainda não conseguiu implementar na prática o serviço de saúde mental tal como preconizado pelo ministério público planejava, esse território vem há alguns anos sofrendo com a falta de atenção, com escassez em atendimento, apoio e conscientização sobre temas relacionados ao uso e dependência de drogas e bebidas alcoólicas. Nessa região, onde a diversidade cultural e socioeconômica é marcante, o consumo dessas substâncias podem variar significativamente.

A rede de atenção Psicossocial (**RAPS**) é um conjunto integrado de pontos de atenção para atender pessoas em sofrimento psíquico e com necessidade relacionadas ao uso prejudicial de álcool e outras drogas. No entanto, a região norte do Brasil enfrenta desafios significativos

em relação à falta de apoio e investimento nessa área. Os indicadores de saúde mental na região são atrasados e distantes da universalização, o que dificulta o alcance da integralidade do cuidado. É urgente aumentar os investimentos para fortalecer a **RAPS** e garantir assistência adequada às pessoas que necessitam. Além disso, a conscientização sobre saúde mental e a importância da **RAPS** ainda é insuficiente em muitos contextos. Muitas pessoas não compreendem a gravidade dos transtornos mentais e o impacto que eles têm na vida das pessoas. É fundamental promover campanhas educativas e sensibilizar a população sobre a relevância da **RAPS** para a saúde pública.

A pesquisa sobre o tema é crucial para identificar lacunas, avaliar a eficácia dos serviços existentes e propor melhorias. Investigar os desafios enfrentados na região norte e entender as necessidades específicas da população local permitirá o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e adaptadas à realidade. O problema reside na falta de recursos, infraestrutura e capacitação adequada para atender às demandas de saúde mental na região norte vinculada também a vastidão geográfica e a diversidade cultural dificultam a implementação de programas de prevenção, tratamento e reabilitação. A escassez de profissionais especializados e a ausência de serviços integrados comprometem a qualidade do atendimento. O objetivo geral é fortalecer a **RAPS** na região norte, garantindo acesso, qualidade e integridade do cuidado em saúde mental. Contribuições incluem a criação de políticas públicas eficazes, a capacitação de profissionais de saúde e a conscientização da população. Em resumo, a violação dos direitos de saúde mental na região amazônica requer uma abordagem holística, envolvendo políticas públicas, educação, conscientização e acesso a serviços de qualidade. Por meio de pesquisa por longo período, este artigo visa trazer dados que possamos compreender quais são os grupos de risco e oportunidades de melhoria. É essencial proteger os direitos das pessoas que enfrentam desafios relacionados ao alcoolismo e ao uso de drogas, garantindo-lhes dignidade e cuidado adequado. É essencial que ações urgentes sejam tomadas para minimizar a exclusão e o estigma enfrentados pelos portadores de transtornos psíquicos. A saúde mental é um direito fundamental, e todos nós devemos contribuir para sua promoção e cuidado.

Dados Coletados

Coleta 01 – 04/03/2024 a 09/03/2024

Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de outubro de 2024

Responsáveis: João Oliveira e Eduardo Pizzi

Data e Local de Coleta	Forma de Violação	Descrição da Violação	Dimensão do Impacto
07/03/2024 Caseiro que matou namorada de 16 anos com tiro no olho deve ir a júri popular no Acre | Acre | G1 (globo.com) G1 Acre	Homicídio	Homem sob efeitos de droga juntamente com medicamento de uso controlado obtido sem receita, mata namorada	Vítima e família
08/03/2024 Homem sob efeito de drogas ameaça a família com revólver e acaba preso após cair de pé de manga no Jardim Karaíba | Triângulo Mineiro | G1 (globo.com) G1 AM	Tranquilidade psíquica da vítima	Um homem totalmente alterado sob efeitos de drogas ameaça família portando um revólver	Família
08/03/2024 Idosos são ameaçados por vizinho com facão em MG; polícia diz que suspeito estava sob efeito de álcool e drogas | Zona da Mata | G1 (globo.com) G1 AP	Tranquilidade psíquica violada	Sob efeitos de álcool e bebidas, homem faz ameaças portando uma faca	
08/03/2024 https://www.cnnbrasil.com.br/saude/taxas-de-autolesao-entre-jovens-aumentam-no-brasil-mostra-estudo/ CNN Brasil	Integridade física	O número de autolesão tem crescido nos últimos 11 anos entre os jovens e indígenas	Jovens e indígenas

Dados Coletados

Coleta 02 – 10/03/2024 a 16/03/2024

Responsáveis: Pedro Neves e Yamanda Lillyan

Data e Local de Coleta	Forma de Violação	Descrição da Violação	Dimensão do Impacto
12/03/2024 Jornal G1 AM	Violação dos direitos humanos.	**Psicólogo condenado por estuprar paciente no AM é preso em Porto Velho.**	Família da vítima

https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/03/12/psicologo-condenado-por-estuprar-paciente-no-am-e-preso-em-porto-velho.ghtml		A mulher já estava abalada psicologicamente por ter sofrido violência sexual anteriormente, e procurou ajuda profissional, no entanto, foi novamente violentada pelo indivíduo.	

Dados Coletados

Coleta 03 – 17/03/2024 a 23/03/2024

Responsáveis: Clerston André e Rodrigo Lins

Data e Local de Coleta	**Forma de Violação**	**Descrição da Violação**	**Dimensão do Impacto**
18/03/2024 https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/idoso-em-surto-psicotico-e-morto-pela-policia-militar-do-tocantins-durante-intervencao-537827/ Jornal Opção Tocantins	Falta de rede de assistência psicossocial adequada	A falta de uma rede de assistência mental por parte dos governantes e entidades não governamentais, pode ocasionar situações em que pessoas acometidas ou que possam estar a ponto de serem vítimas de doenças mentais, entrem em um surto mental.	Sociedade local.

Dados Coletados

Coleta 04 – 24/03/2024 a 30/03/2024

Responsáveis: Tarciane Silva e Lauanne Colares

Data e Local de Coleta	**Forma de Violação**	**Descrição da Violação**	**Dimensão do Impacto**
26/03/2024 G1 – https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2024/03/26/casal-preso-por-matar-personal-trainer-com-mais-de-30-facadas-vai-a-juri-popular.ghtml Rio Preto e Araçatuba	Homicídio	Casal preso por matar personal trainer com mais de 30 facadas. A mulher presa é portadora de transtorno delirante orgânico e transtorno psicótico, de acordo com o exame de insanidade mental realizado por um perito do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC).	Vítima

Dados Coletados

Coleta 05 – 31/03/2024 a 06/04/2024

Responsáveis: João Oliveira e Eduardo Pizzi

Data e Local de Coleta	Forma de Violação	Descrição da Violação	Dimensão do Impacto
06/04/2024 G1 – G1 ACRE	Tráfico de droga	Policial penal preso por tentar entrar com drogas dentro de penitenciária. O policial é usuário de drogas e mantinha o vício através do tráfico.	Penitenciária Moacir Prado

RELATÓRIO DE MAIO

Ocorreram quatro semanas de coleta de dados sobre qualquer tipo de violação ao direito à saúde mental em diversos sites de notícias (15 ao todo) que o foco fosse na região amazônica, região Norte. Porém, observamos que a nossa coleta era muito escassa, nos 15 sites de pesquisa quase não se tinha notícias sobre o tema ou eram notícias que ocorreram em outras regiões. Foi decidido então ampliar mais as fontes de pesquisas em busca de mais dados para serem coletados para o próximo mês. Ao todo foram 7 notícias encontradas no mês de maio de 2024.

RELATÓRIO DE ABRIL

Ocorreram cinco semanas de coleta de dados sobre o tema de violação ao direito à saúde mental, mas desta vez aumentamos o número de sites (18 ao todo) para tentar achar mais dados, pois foram poucas as coletas no mês anterior. Porém, mesmo com o aumento do número de sites para a coleta de mais dados, não foi capaz de mudar a situação de escassez, visto que apenas uma notícia foi encontrada durante o mês de abril.

RELATÓRIO DE MARÇO

Por fim, houveram quatro semanas de coletas de dados e, infelizmente, não houve nenhum dado coletado durante o mês.

Durante nesses três meses de coleta, ao todo foram constatadas oito notícias de violação de direitos à saúde mental na Região Norte do Brasil, região essa esquecida e negligenciada pelo governo e principalmente pela mídia que tem como papel expor fatos. Os Estados do Norte do Brasil são os que recebem menos atenção e recursos se comparados com os outros Estados, mais esquecidos ainda que a Região Nordeste que mesmo com as suas dificuldades e carências é a mais comentada e fala nos jornais e sites de notícias em questões de temas como, por exemplo, saúde, economia, educação e segurança. É tenebroso saber que até mesmo quando se busca a razão disso não se encontra com facilidade ou de grande quantidade matérias na internet explicando do porquê essa negligência.

Por não possuir muito destaque o Norte é considerado por muitos brasileiros como um território arcaico, parado no tempo, região que possui somente “mato”. Esse forte preconceito faz com que muitos, incluindo os governantes, percam o interesse e o cuidado com as pessoas do Norte, que muitas das vezes vão para metrópoles como São Paulo em busca de desenvolvimento, reconhecimento ou por vezes tratamento de saúde, pois possuem uma medicina mais avançada e refinada.

CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa e observação realizada o grupo observou certos problemas inerentes e derivados de um problema mais abrangente. No decorrer dos meses se pode observar que o CAPS, na região norte, sofre de uma mistura de desamparo e negligência, não recebendo o suporte necessário, tanto economicamente quanto estrutural que seja extensivo o suficiente para atender a região de forma hábil, sendo a região com a menor quantidade de pontos físicos no Brasil. O resultado desse desamparo é observado nos dados de criminalidade reportados, a quantidade de crimes cometidos por dependentes químicos em estado psicótico é considerável, sem contar os efeitos que outras dependências como Alcoolismo causam no âmbito social e familiar, efeitos que deveriam ser mitigados ou tratados pelo CAPS. O nível de conhecimento por parte da população também é algo a ser considerado, NÚBIA (2023) traz em sua reportagem

que no ano de 2022 34.408 pessoas foram atendidas em 3 CAPS na cidade de Porto Velho, no entanto se comparado com dados do IBGE, esse valor condiz com aproximadamente 8% da população total do município de Porto Velho no ano em questão. Esse nível de atendimento é um sucesso e um progresso considerável, se esses valores foram alcançados com o pouco suporte estadual atual, então se pode imaginar a porcentagem da população que pode ser alcançada se o RAPS tiver um sistema funcional e eficaz de suporte por parte do Estado na região norte por inteiro.

No período de observação da equipe, se pode observar uma ausência de notícias, movimentação ou ação pública referente ao RAPS ou ao CAPS, se observou que tanto notícias positivas quanto negativas não foram observadas, mas se denota que neste período se pode identificar notícias majoritariamente derivadas das consequências provenientes desta ausência. Se observa que este é um serviço notadamente necessário para a população. Conforme GUSMÕES (2021), o Ministério da Saúde disponibilizou um mapa interativo revelando os pontos existentes de CAPS na nação, e a diferença entre a região norte das outras regiões é reveladora, no quesito número e variedade. Conforme um mapa disponibilizado pelo Ministério da Saúde, no próprio estado de Rondônia se apresentam instâncias de CAPS II em 4 cidades e uma única instância de CAPS AD, enquanto estados como o Acre possuem 2 instâncias de CAPS II e uma instância de CAPS AD 3. Com esses números diminutos de instâncias, inviabiliza até mesmo o atendimento de casos mais graves, por sua extensa distância entre uma das cidades com as instâncias de CAPS e as cidades dos municípios.

O CAPS é vítima de uma pletora de deficiências que possuem soluções pacíficas e eficazes, começando com um suporte econômico Estadual, facilitando o trabalho do CAPS e abrindo possibilidades para planos e outras soluções. Incluído no suporte Estadual se destaca um extenso apoio estrutural, buscando a implementação de mais pontos físicos de instâncias em mais cidades. Estendendo o atendimento para locais até então desprovidos de uma instância próxima do CAPS seria um passo essencial para garantir que toda a região amazônica possa usufruir dos serviços e cuidados prestados pelos profissionais do CAPS, a implementação de mais instâncias de CAPS AD nas cidades apropriadas. Com um atendimento mais extensivo e mais uniforme, se pode visualizar então atendimento a uma variedade maior de problemas que se encaixam na diretiva de atendimento da rede.

Dentre os problemas, temos a falta de divulgação e a baixa utilização dos serviços da CAPS. Para isso existem várias soluções, entre elas se pode fazer o uso de Ações Públicas, eventos e afins com o objetivo de divulgar a existência da rede e a importância de seus serviços para o auxílio de pessoas com deficiências mentais e seus familiares e o fato de que os seus serviços se estendem a dependentes químicos. Tais eventos também serviriam como formas de mostrar que o objetivo do CAPS é confortar e cuidar da pessoa até que ela esteja pronta para retomar a sua autonomia, ou mesmo auxiliando aos familiares a se prepararem e aprenderem a melhor forma de auxiliar o seu familiar em sua casa, promovendo então unidade familiar. Não obstante, se pode promover ações publicitárias em redes sociais e na televisão que ensinam os fins e objetivos do CAPS, enquanto as ações públicas são mais visuais e educativas, ações publicitárias são mais simples e podem ser realizadas por longos períodos de tempo, alcançando um extenso nível da população, possivelmente encorajando à população a se aprofundar no assunto e aos que necessitam de ajudar a procurarem atendimento no CAPS. Em relação ao CAPS AD, se pode incentivar o uso como um dos serviços alternativos no cumprimento de penas em liberdade condicional, oferecendo assim ao agente criminoso uma alternativa eficaz para a sua recuperação e reinserção na sociedade mais eficaz e visível, produzindo um resultado direto ao promover a reabilitação de dependentes químicos na sociedade e promovendo o nome do CAPS AD com resultados sólidos e que podem trazer maior reconhecimento da sociedade.

RAPS é uma rede focada na recuperação, tratamento e trabalho para reinserção na sociedade de maneira pacífica, cada espécie típica de unidades que formam o RAPS é essencial para se trazer um mínimo de conforto e isonomia para uma parcela da população que tanto necessita de cuidados de seus próximos. É responsabilidade do Estado que essa parcela da população não seja esquecida e tenha a sua principal rede de atendimento desamparada. Pessoas com transtornos mentais, pessoas que são dependentes químicos, inclusive os seus próprios familiares, todos podem e devem fazer uso do RAPS se necessário, seja Unidades Básicas de Saúde (UBS), CAPS, Unidades de Acolhimento (UA) entre outras variadas opções.

Quais impactos mais ocorreram?

Desamparo

Criminalidade

Poucos pontos físicos

4 possíveis soluções:

1- Suporte Estadual;

2- Ações Públicas, como eventos para fins de publicidade e divulgação da existência da Rede;

3- Extensivo apoio estrutural, implementação de mais pontos físicos para suporte e atendimento;

4- Ações Publicitarias, com fins de educar e ensinar os fins e objetivos da CAPS.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sandra Maciel de; PERUCCHI, Juliana. “Não Converso com Demente”: Intersecções entre Direito e Saúde Mental. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 36, p. 584-596, 2016.

Brasil. Ministério da Saúde. (2008). Portaria No154, de 24/01/2008, Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Brasília, D.F: Autor.

Miranda, Lilian, Thaíssa Fernanda Kratochwill de Oliveira, and Catia Batista Tavares dos Santos. "Estudo de uma Rede de Atenção Psicossocial: paradoxos e efeitos da precariedade." Psicologia: Ciência e Profissão 34 (2014): 592-611.

NÚBIA, Jheniffer. **Ansiedade e depressão: quase 35 mil pessoas foram atendidas nos CAPS de Porto Velho em 2022**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/01/26/ansiedade-e-depressao-quase-35-mil-pessoas-foram-atendidas-nos-caps-de-porto-velho-em-2022.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2024.

GUSMÕES, Júlia. **Ministério da Saúde disponibiliza mapa da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. 2021. Disponível em: <https://www.previna.info/post/ministério-da-saúde-disponibiliza-mapa-da-rede-de-atenção-psicossocial-raps>. Acesso em: 30 mai. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População no último censo [2022]**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) - 30Set2020.** 2021. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=147YqFIKG6PUhFw606aazeZbcZCEzK2Oh&ll=-13.63633257553384%2C-50.657896132138305&z=5> Acesso em: 30 mai. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps#:~:text=A%20RAPS%20é%20formada%20pelos,(UA)%2C%20SAMU%2C%20Hospitais> Acesso em: 30 mai. 2024.